

# O PAPEL DO INTELLECTUAL EM ÉPOCA DE CRISE (O Pensamento de Fidelino Figueiredo)

*Anna Maria Moog Rodrigues*

## 1. INTRODUÇÃO

O melhor da obra filosófica de Fidelino Figueiredo encontra-se em seus últimos livros, *Um Colecionador de Angústias, Música e Pensamento* e sobretudo na última, *Paixão e Ressurreição do Homem*. Nelas revela-se toda a profundidade de uma filosofia existencial, estoíca, antropocêntrica de um homem que conheceu a dor e profundo sofrimento sem ter cedido ao pessimismo ou ao desespero.

O presente trabalho, entretanto, visa apresentar uma síntese de outro aspecto do pensamento de Fidelino Figueiredo, aquele referente a questões éticas e especificamente aquelas questões referentes à ética do intelectual. Nelas não se coloca o filósofo no plano intimista e existencial mas, ao contrário, abre-se para o plano social. Fixou-se aqui, portanto, somente o aspecto da ética social.

Figueiredo compreendeu o dever do intelectual como uma luta em defesa dos valores espirituais da sociedade. Pensou sobre os problemas magnos da cultura ocidental na primeira metade do século XX e procurou a saída para os impasses criados pelas circunstâncias históricas.

Não obstante voltar-se, em primeiro lugar, para a análise da situação portuguesa, revelando ser o destino da pátria sua maior preocupação, as reflexões do autor jamais deixam de ter universalidade e amplitude de vistas, mormente porque pretendeu ter uma atitude compreensiva, despojada de todo facciosismo; o que, ao fim e ao cabo, consistiria no dever primordial dos intelectuais.

Professor e ensaísta, Fidelino Figueiredo deixou uma obra vastíssima que se tornou conhecida principalmente no terreno da crítica<sup>1</sup> e historiografia literárias<sup>2</sup>

mas da qual não merecem ser esquecidos os aspectos do romance e da crônica<sup>3</sup>, da biografia<sup>4</sup> e, principalmente do ensaísmo filosófico.<sup>5</sup>

Em 1921 fundou a notável *Revista de História* que dirigiu até 1928. Desde 1918 até 1927 foi professor do ensino secundário em Portugal. Neste último ano, como sua obra já lhe houvesse granjeado fama e projetado o nome para além das fronteiras de Portugal, foi convidado a lecionar na Faculdade de Filosofia e Letras de Madrid, onde permaneceu até 1930. Em 1938, aceitou novo convite, desta feita para vir ao Brasil e integrar o quadro docente da Universidade de São Paulo, onde passou a viver até 1952.

No Brasil desenvolveu grande atividade, enquanto professor e também como conferencista e escritor. Procurou incessantemente divulgar e valorizar a cultura portuguesa. Fundou o Instituto de Estudos Portugueses junto à Universidade de São Paulo e ainda dirigiu de 1938 a 1954 a revista *Letras*, onde deixou parte de sua imensa obra nas valiosas colaborações incluídas na revista.

A seu respeito, pode-se repetir que “Fidelino Figueiredo foi acima de tudo um intelectual apaixonado por todos os aspectos da cultura literária, nela se incluindo principalmente a literatura, a história e a filosofia, quer na sua visão universalista, quer no concreto de sua expressão portuguesa.”<sup>6</sup>

## 2. A INVASÃO DOS BÁRBAROS

Na análise do momento histórico que então vivia — meados do século XX — Fidelino Figueiredo percebeu como principal acontecimento a explosão das massas que estariam avidamente buscando o acesso aos bens da vida civilizada.

Tal como Ortega y Gasset, cuja obra *“La Rebelion de las Masas”* (1930) causou enorme impacto e cuja influência na obra do pensador português é patente, Fidelino também vê uma nova invasão de bárbaros ocorrendo no século XX em consequência da explosão demográfica.

A primeira invasão teria sido a que destruiu o Império Romano e encerrara a Antiguidade. A segunda invasão seria a que estaria ocorrendo neste século, a qual, ao invés da anterior, não estaria mais vindo de fora das fronteiras da civilização para dentro dela, mas estaria ocorrendo de baixo para cima, isto é, seria a invasão das massas bárbaras e ignorantes que, de dentro da própria civilização ocidental, estariam buscando a participação nos bens por ela gerados.

Figueiredo descreve o fenômeno com as seguintes palavras:

*“No século V, quando as hordas bárbaras desceram do norte e se abate-ram sobre as províncias romanas e logo, saqueando Roma, feriram no próprio coração esse prodigioso organismo político e cultural, matando o seu prestígio ou a sua ‘mandinga’ ante o mundo, que ele longo tempo dominara, havia razões bem eloquentes para duvidar da civilização que sucumbia ante a força bruta.”<sup>7</sup>*

A analogia é patente entre as duas situações, aquela de então e a de hoje, apenas com o corretivo da distância que existe entre bárbaros de alma vazia que apenas entravam na história e os “bárbaros” de hoje, de alma desidratada, mas senhores de uma técnica poderosa, que renunciaram à própria história. Figueiredo observa que haveria

*“no século V e no século XX, o mesmo sentido agressivo, o mesmo afogar de aristocracias esgotadas ou impotentes na multidão sem lei, sem cultura, mas com saúde jorrante e apetências invencíveis, a mesma temporária desvalorização do espírito, a mesma cegueira entre rumos a seguir, a mesma opção momentânea pelo tal ritmo descendente a dentro do dualismo da alma humana.”<sup>8</sup>*

Com palavras fortes, descreve o perfil psicológico do bárbaro moderno: “o homem primitivo que na força que coage a fazer ou inibe de fazer, vê o ponto de partida do direito e da moral”; que sobrepõe o seu “violento individualismo vegetativo ao escrupuloso individualismo espiritual dos outros”; que impõe sua vontade à toda horda e vê nisso a sua própria razão de existir; que não hesita entre o instinto e o movimento que o satisfaz; que “junta a uma clara visão do seu imediato e baixo interesse um medo pânico da solidão moral e procura somar-se e apagar-se na coletividade, seja para viver, seja para morrer.”<sup>9</sup>

O resultado desta invasão dos bárbaros do século XX terá provocado a crise da história que se revela nas vésperas da II Guerra Mundial. A crise consiste na “abolição” de um conjunto de escrúpulos morais e jurídicos que foram os alicerces de um sistema de ideais condutores, “formulados após uma carreira histórica multissecular pela exegese dos mais altos espíritos, timbre e glória da espécie humana.”<sup>10</sup>

É importante ressaltar que Figueiredo não interpreta o fenômeno em si mesmo como sendo uma tragédia. Pelo contrário, para ele a explosão dos bárbaros do século XX, de certa forma é uma explosão de saúde da humanidade. Ela explode como reação à utopia dos ideais abstratos do século XIX que presumiram demasiado da humanidade média esquecendo-se dos problemas fundamentais do homem: o pão de cada dia e um lugar para morar.

Parece-lhe que as nacionalidades modernas nasceram das lutas tirânicas dos reis com as classes privilegiadas. As prerrogativas individuais e a liberdade política surgiram das orgias de sangue da Inglaterra do século XVI e da França revolucionária. E isto, — que se poderia chamar dos nomes mais diversos, — “essa irrupção dos bárbaros, excesso populacional com baixo nível de cultura, alheio à influência da escola e com um sentimento vital novo, massa que em seu seio afoga as aristocracias condutoras,” isto parece a Fidelino Figueiredo uma explosão de saúde, uma reanimação do homem que se rebela contra a valorização de um patamar de vida requintadíssimo e contra ideais abstratos, os quais o homem médio não é capaz de apreciar.

Um homem qualquer que, no século XIX, houvesse pretendido alcançar o patamar de perfeito cidadão em uma democracia moderna, que houvesse pretendido cumprir consciente e devotadamente todos os deveres políticos e civis, profissionais e de classe, de família e individuais e exercer os correspondentes magros direitos, na opinião de Fidelino, teria que ter sido quase um gênio e, sem dúvida, teria tido que “renunciar à verdadeira liberdade e ao direito de ser um animal forte e são, despreocupadamente são.”<sup>11</sup>

Em vez disso, as massas de hoje estariam paulatinamente repudiando os valores abstratos que lhes foram apresentados como valores supremos e estariam substituindo-os pelos valores concretos da sobrevivência biológica e pelo conforto material.

### 3. O DEVER DOS INTELECTUAIS

Ora, o que resulta desta análise é a conseqüente necessidade de os intelectuais assumirem sua responsabilidade perante as massas ascendentes.

Percebe-se claramente, a filosofia política ou a ideologia que afirmava, muito à moda da época, a necessidade de existirem elites e que justificava sua preservação. Apesar da crítica ao Integralismo Lusitano, — movimento cultural que em Portugal surgira em oposição à República e em defesa da restauração da monarquia, — Fidelino defende muitas idéias semelhantes. Antônio Sardinha, fundador do Integralismo Lusitano, apregoava que a nobreza antiga tinha na noção de “noblesse oblige” a plena consciência de que o ser nobre, o ter nobreza, obrigaria os indivíduos de escol a assumirem responsabilidade pelos demais homens. Assim também, Fidelino Figueiredo propõe que sejam os intelectuais, os indivíduos mais bem dotados intelectualmente, a nobreza da nova sociedade, aqueles a quem deva incumbir a responsabilidade de guiar as massas.

Entregues a si mesmas, apesar de buscarem acesso aos bens da civilização, as massas tendem a rejeitar a cultura e os valores da civilização lentamente elaborados através da história. Este descaso pela história e pela cultura, por sua vez, tende a destruir a própria civilização, da qual as massas pretendem usufruir.

Daí tornar-se patente uma situação paradoxal, em conseqüência da qual terá surgido a crise social mundial vivida nos meados do século. Figueiredo imputa aos intelectuais a responsabilidade de entender em profundidade o sentido da evolução dos acontecimentos e o dever de conhecerem e compreenderem a história.

Mas quem é um intelectual? — “É um homem,” responde, “que se aplica todo a compreender, interpretar e julgar, a erguer-se a uma esfera superior de valores, ansioso de alargar o seu horizonte e de localizar cada crise na perspectiva de um vasto conjunto (...) é o homem que só pela consideração da verdade ordena as suas aquisições (...).”<sup>12</sup>

O dever do intelectual é percebido, então, por Figueiredo, como um imperativo inexorável, como um ideal condutor que haverá de guiar toda a sua atividade. Assim, em um determinado sentido, em certa hora, perante certo problema, o

intelectual perceberá claramente a posição que lhe cabe assumir, como um impulso a subir-lhe das profundezas do seu ser, determinado pelo seu gosto ou sensoestético e político, o estilopróprio de cada personalidade, o qual independe do consenso coletivo expresso em determinado momento.

#### 4. CRITÉRIO DE VERDADE

Não obstante, para definir a verdade, objetivo último de todo intelectual autêntico, Figueiredo busca um critério seguro e universalmente válido.

No livro, *A Luta pela Expressão*, ele procede ao levantamento dos critérios de verdade utilizados através da história, para, finalmente, indagar-se a si mesmo se não seria possível chegar-se a uma solução, apelando para a própria educação: “ (...) não seria possível enrijar e desenvolver por meio da educação o verdadeiro sentido lógico e consolidar uma base metafísica de valores? (...) A pedagogia deveria tentar esta magnífica aventura. (...) Nada dignifica mais o homem do que um seguro reconhecimento do que é e do que pode.”<sup>13</sup>

Eis aí um tema recorrente, o conhecimento de si mesmo como resultado do processo educacional e como fonte da dignidade, da virtude e último critério de verdade. O critério socrático é definitivo para o filósofo português. É o princípio que corresponde à sua mais profunda inspiração. O “conhece-te a ti mesmo” atravessa toda a obra como fio condutor. Defende e amplia a máxima, escrevendo: “o que para os indivíduos é esse conhecimento de si mesmo, a um tempo coercitivo e libertador, é para os povos a função social e moral dos estudos históricos.”<sup>14</sup>

Ainda assim, após examinar todos os critérios até hoje propostos pelos filósofos — o consenso do grupo, o consenso através da história, a autoridade, a evidência, a utilidade, a experiência, a negativa inconcebível — quando se trata de encontrar um critério válido e convincente para todos, posto que o conhecimento de si mesmo não convence outros, Fidelino acaba admitindo que “os mais antigos critérios da verdade são ainda os mais difundidos,” isto é, o consenso universal foi consagrado pela história assim como o foi também o reconhecimento da autoridade.

Para justificar o critério da autoridade, ao lado do consenso universal, Figueiredo afirma que a política é o domínio direto da autoridade e que mesmo os regimes liberais facilmente degeneram em oligarquias partidárias. Na verdade, mesmo nas democracias mais fortes, ele pensa que a opinião da maioria não pode prescindir de guias ou condutores pois que as massas não cultivam o espírito crítico. E vai mais além, afirmando que a razão do acatamento “de um guia ou ‘leader’ é a autoridade pessoal, pelo caráter ou pela inteligência.”<sup>15</sup>

Ainda assim, o filósofo continua a refletir que essa mesma autoridade, legítima ou não, tem que ser precedida nas democracias contemporâneas, de um longo prólogo de formação crítica; pois sendo democracias, a autoridade não será jamais exercida pelo simples uso da força.

E, assim também, no caso da literatura, por exemplo, se um crítico ou historiador literário for acatado em seus juízos, o há de ser por gozar da autoridade que lhe foi conferida pelo manejo de um superior critério de verdade, norteado por valores universais.

Em outras palavras, a verdade será, para Fidelino, o consenso universal consagrado através da história e transmitido com autoridade por quem houver desenvolvido um superior senso crítico norteado por valores universais. E este superior senso crítico só poderá ser apurado pelos estudos históricos.

## 5. A HISTÓRIA

Retomando, pois, o sentido da meditação precedente, vê-se que a responsabilidade imposta pelo autor aos intelectuais implica na compreensão do sentido do momento histórico. Corresponde também à responsabilidade de resgatar os valores perenes da civilização e os novos valores que de forma ainda não explícita e muito menos universalmente aceita, estariam lutando por se expressar e realizar.

Ilustra o conceito do que deveria ser a obra do intelectual com o exemplo de Santo Agostinho e de seus discípulos, Sulpício Severo da Gália e Orósio da Hispânia.

No século V estes intelectuais não se entregaram simplesmente ao desânimo, quando o mundo deles foi invadido e destruído pelas hordas bárbaras. Não perderam a crença nos valores que haviam sido derrotados. Nem, tampouco, fecharam-se em suas recordações do passado, esperando em vão o retorno dos velhos tempos ou dos velhos ideais que os haviam guiado até então. Muito ao contrário, receberam em cheio o choque das emoções e da dor, que nas almas grandes é sempre mais forte e procuraram compreender o que acontecia. Procuraram compreender e acompanhar o movimento da história, extraindo da própria dor a capacidade de empatia e compreensão. Viram nisso o seu dever. E o maior dos três, Sto. Agostinho, viveu, pensou e trabalhou sempre segundo o espírito, proclamando os seus ideais “sem crer ou sem temer que o mundo, o seu mundo, acabasse, sem mesmo ver na hipótese do fim, motivo para se apartar do seu dever de sacerdote do pensamento.”<sup>16</sup>

Na seqüência da mesma idéia, Fidelino indica a resposta para a pergunta óbvia acerca de qual método deve ser empregado por quem aceitar a incumbência de compreensão.

Em primeiro lugar, o método há de ser a leitura atenta da “biografia da humanidade,” a reflexão sobre os fatos vividos e a sondagem profunda das tendências íntimas do homem moderno, como por exemplo as sondagens da alma humana encontradas na obra de Proust. Em segundo lugar, o estudo do animal humano tal como as ciências do homem o vem desvelando.

Para Figueiredo, acima de tudo, a leitura da história mata o medo da história. O futuro será sempre o que foi o passado, isto é, inquietação renovadora, pois o homem civilizado é e será sempre essencialmente um ser criador do futuro. O

que faz portanto o estudo da história é criar um espírito histórico, um conjunto de hábitos mentais: — “Só o espírito histórico,” escreve, “ alcançará esse almejado equilíbrio entre o conservantismo tradicionalista e o modernismo progressivo, só por ele se poderá conciliar a preguiçosa rotina e a impetuosa neofilia, ele só limitará os extremos sectarismos.”<sup>17</sup>

Figueiredo considera que, assim como o conhecimento de si mesmo é simultaneamente coercitivo e libertador, assim também os estudos históricos terão junto aos povos uma função social e moral. Isto porque o estudo da história é o estudo das transformações das sociedades humanas. Deve, portanto, desenvolver um certo pendor intelectual caracterizado pela percepção crítica dos problemas sociais e uma atitude de serenidade confiante perante as transformações sociais. Daí por que a história, “sendo filosófica sem o querer e sem o saber”, consiste na mais sólida base da educação e da política.

## 6. A INFLUÊNCIA DO ESTUDO DA HISTÓRIA NA POLÍTICA

Fidelino Figueiredo não foi absolutamente um entusiasta do racionalismo. Não foi, portanto, um liberal, na medida em que não acreditava que a razão fosse capaz de construir uma nova estrutura social mais perfeita, baseada nos pressupostos exclusivamente racionais. A seu ver, o racionalismo havia pretendido construir uma norma moral e uma organização social sobre os elementos das ciências, baseando-se na crença de uma verdade objetiva, impessoal e intemporal. Por isso mesmo, teria falhado na tentativa de construção de uma sociedade racional, tal como a idealizada pela Revolução Francesa, como também falhara a tentativa dos positivistas de encontrarem uma moral e uma política científicas.

A atitude racionalista é oposta à atitude espiritual de quem percebe os fenômenos sociais de um ponto de vista histórico. Para ele,

*a sociedade, o seu mecanismo funcional, as suas instituições não são nem deixam de ser lógicas e racionais, são o que são, realidades plenamente explicáveis pela evolução histórica dessa mesma sociedade, mais vivas ou mais obsoletas, mais ou menos adequadas ao bem estar e à felicidade dos elementos que a compõem.*<sup>18</sup>

Além do mais, o insensato cosmopolitismo proposto pelo racionalismo fora sucedido pelo sentimento de identidade nacional e pelo reconhecimento do modo de ser moral e social característico de cada povo. Consequentemente, tornou-se finalmente patente que a política e a administração devem se construir, não sobre bases ideais, mas sim “sobre reais e específicas condições nacionais.”<sup>19</sup>

A persuasão de cunho tradicionalista de Fidelino Figueiredo, principalmente no tocante à sua filosofia política, é proclamada por ele. O tradicionalismo, como corrente de pensamento filosófico e político, apesar de haver surgido na Inglaterra, como contraponto dos ideais anti-historicistas e racionalistas da

Revolução Francesa, teve grandes adeptos na França, na Espanha, em Portugal e nos países da América Latina. Fidelino é um exemplo desta influência.

Não obstante, nem o tradicionalismo nem o decorrente nacionalismo políticos jamais o induziram a ser um memorialista, na acepção que dava ao termo: alguém que vive voltado para o passado, “que não concebe soluções que não se contenham na sua experiência já vivida, no passado próximo e no longínquo.”<sup>20</sup>

Fidelino criticou seus compatriotas, pela atitude de fixação no passado, afirmando que o português médio era quase sempre um memorialista. Criticou também o ideário nacionalista dos monarquistas e integralistas portugueses, os quais, ao combaterem os desacertos da Revolução Republicana e temendo a repetição dos erros do passado próximo, apresentavam como solução o retorno ao passado longínquo.

Combatendo esta postura, perguntava-se qual haveria de ser o conteúdo novo ou atual do nacionalismo. E respondia que sobre um fundo de pressentimentos, prejuízos e reações emocionais, as duas únicas observações concretas que se poderiam detectar consistiriam no temor do passado próximo — representado pelas violências políticas que foram realizadas em consequência da Revolução Republicana em Portugal — e o temor do caos bolchevante. Fidelino compreendia que o ideário dos integralistas e monarquistas propunha um programa de retorno ao passado longínquo, um passado idealizado, em que a história teria fluído tranqüila e sem problemas “como um rio por um leito sem obstáculos...”

Deduzir-se-ia, então, que, em algum momento, Figueiredo teria simpatizado com os ideais revolucionários que se projetavam para o futuro? De modo algum. Para ele a característica relevante dos movimentos revolucionários liberais seria a malevolência contra a tradição e a tendência francamente anti-histórica. Entendia, ao contrário, que “qualquer instituição que fosse menos adequada ao bem estar geral deveria por isso mesmo ser modificada ou suprimida, mas sempre que fosse possível mantendo a tradição formal. A cultura histórica limitaria assim os impulsos reformistas.”<sup>21</sup>

## 7. CRÍTICA AO LIBERALISMO

O que Figueiredo, no entanto, não admitirá é que se tente negar a obra de dignificação individual do século XIX. Esta obra será por ele considerada indestrutível.

Pelas conquistas liberais, havia sido provocado um choque entre duas soberanias igualmente legítimas, a da sociedade, representada pelo Estado, e a do indivíduo. Foi o choque entre os impulsos de dignidade e elevação do homem singular e os instintos de inevitável cooperação do homem social. Os problemas que resultaram deste choque representam os maiores problemas da civilização contemporânea.



O primeiro problema resultante do choque entre indivíduo e sociedade consiste na necessidade de encontrar-se a fórmula de harmonizar as duas soberanias, a do Estado e a do indivíduo. O segundo problema é o de harmonizar o sistema econômico — aí entendida a abundância produzida pela indústria — não só com a livre circulação da moeda mas com um critério novo de avaliação, critério que fique acima dos valores subjetivos da oferta e da procura e capaz, portanto, de assimilar os bárbaros do quarto estado às benesses do bem estar material.

Apesar desta crise do liberalismo, não lhe parece verossímil que daí decorra a negação da liberdade, pois representa a grande conquista do homem que se afirma lentamente através da história, na luta contra a natureza.

A solução proposta por Fidelino Figueiredo aos problemas que resultaram do choque entre os impulsos do homem singular e os do homem social será a formulação de um supraliberalismo ou ultra-liberalismo. “Desse superliberalismo”, escreve, “serão peças capitais a coexistência das duas soberanias, a da sociedade e a do indivíduo, e a legitimação do advento da multidão.”<sup>22</sup>

Ao defender as conquistas positivas do liberalismo, Figueiredo chega a ter assomos de entusiasmo mas não deixa de explicar este entusiasmo, mantendo-se fiel às convicções tradicionalistas: “Quebrando lanças pela conquista suprema do liberalismo — a dignificação da pessoa — pratico tradicionalismo verdadeiro, porque sob esse signo se vive ainda no mundo e com esse sol se iluminam e ofuscam os que propugnam a servidão do indivíduo, pois só se ataca o que está vivo e resiste.”<sup>23</sup>

Valoriza acima de tudo a dignificação da pessoa. Na medida em que o liberalismo lutou pela dignificação do indivíduo, considera irreversíveis as suas conquistas. Mas assim como não aceita a tese da bondade natural do homem, não acredita tampouco na igualdade entre os homens. Os homens, para ele, são diferentes uns dos outros e sempre o serão, nos mais variados sentidos. A idéia de igualdade haverá de sempre permanecer um mito, considerando-se, para começar, as diferenças geradas pela misteriosa química dos temperamentos e dos caracteres. Assim

*“se os homens são diferentíssimos, das alturas do gênio às misérias do cretinismo, da santidade ao fatalismo do crime, é necessário que sejam conduzidos pelos melhores; e se os melhores que vieram à tona no regime liberal, foram ou vão ser absorvidos pela maré alta da turba rebelada, necessário é criar elites novas e restabelecer o sentido aristocrático ou aristófilo da existência. Aristocrático na rigorosa acepção etimológica: poder dos melhores ou excelentes. (...) Só aos melhores cabe a direção do mundo provenham donde provierem, mas a todos cabe o pão sadio e o abrigo higiênico, honradamente ganhos pelo trabalho livre, como todos têm direito à justiça e à cultura, que dignificam o homem e o trazem ao nível do seu tempo.”<sup>24</sup>*

O caminho para a superação do liberalismo só poderá, pois, ser um sistema político que o ultrapasse e exceda. Trilhá-lo será a tarefa dos intelectuais. Não se refere aos eruditos nem àqueles que confiam demasiada ou exclusivamente na razão mas aos que buscam a verdade sem compromissos com interesses imediatos. Não são, portanto, os políticos de partidos, na medida em que estes jamais subordinarão o interesse partidário ou suas ambições à busca da verdade, da compreensão mais profunda e da visão mais ampla da realidade.

O intelectual, que na busca de compreensão, dedica-se ao estudo da história e à crítica literária, exercendo sobre si mesmo uma disciplina moral para não se deixar levar por interesses subalternos, estará a caminho de alcançar a sabedoria dos gregos, tornando-se o homem virtuoso de que falava Aristóteles. A ele, ao intelectual, a este homem que assumiu a sua responsabilidade moral perante os seus contemporâneos, não fica vedada a atividade política. Mas o seu dever primordial será o de criar cultura e difundí-la. Criar cultura implica, pois, em um esforço de voluntarismo ético que se opõe à atitude memorialista, voluntarismo que há de ser a tendência realizadora da inteligência restituída à sua maioridade plena.

Para frisar sua posição, entretanto, quanto à possibilidade de o intelectual participar da política, reitera enfaticamente:

*“Haverá quem de tudo isto conclua que eu nego aos intelectuais o direito da atividade política? Que advogando pelo restabelecimento da maioridade plena da inteligência, me pronuncio pela menoridade política do intelectual? Será uma conclusão bem distante das minhas idéias. Sem dúvida, tem o profissional da inteligência, melhor, o sacerdote da inteligência, — o homem de ciência, homem de letras, artista e também professor, se alia ao seu mister educativo o exercício da investigação — o direito e o dever de intervir na governação pública, e de preferir em dado momento esta ou aquela solução política, estes ou aqueles homens (...) o que lhes é irredutivelmente vedado pelos escrúpulos do seu sacerdócio é servir à opressão da inteligência e fornecer-lhe sofismas doutrinários.”<sup>25</sup>*

O homem de pensamento, no entender de Figueiredo, faz parte de sua geração. Vale elucidar que Fidelino não atribui o conceito de geração a todos os que nasceram em um determinado momento, mas sim a um grupo de pessoas dotadas de espírito superior, as quais, descontentes com o horizonte coetâneo, mas profundamente mergulhadas em seu próprio tempo, são intérpretes deste tempo e simultaneamente criadoras de um novo estilo de vida, introduzindo uma nova percepção do momento histórico. Por isso mesmo o conceito de geração foi atribuído em Portugal a certos grupos representativos, como a “geração de 70”, ou a “geração de 90.”<sup>26</sup>

## 8. CONCLUSÃO

Alguns aspectos, de certas afirmações de Figueiredo a respeito do papel por ele atribuído aos intelectuais, são ambíguos. Primeiramente, em certos passos de sua obra, parece advogar não só uma aristocracia do talento — como quando propõe a redução dos analfabetos a uma situação de menoridade política — mas até um novo tipo de racismo, como parece indicar o seguinte trecho:

*Essa elite que se há de destacar da turba nada tem de comum com a velha aristocracia de sangue, exausta há séculos. (...) Tem de ser uma seleção dos melhores biologicamente considerados, dos melhores que as normas científicas da eugénésia, da biotipologia e da seleção e orientação profissional ajudarão a destacar da massa cinzenta. Só aos melhores cabe a direção do mundo, provenham de onde provierem.*<sup>27</sup>

De fato, ao expressar-se desta forma, Fidelino Figueiredo parece ter-se tornado adepto das teses da supremacia biológica de umas raças em relação a outras, teses que circulavam na Europa com pretensão à cientificidade, nas décadas de '20 e '30 e até '40.

Logo a seguir, entretanto, Figueiredo volta a frisar o caráter ético da atividade intelectual, o voluntarismo ético que deveria caracterizar todo aquele que viesse a ser o verdadeiro condutor ou líder da sociedade. O que, de imediato, contradita o caráter biológico do homem de escol, destacando, ao invés, sua disciplina moral. Portanto, há uma ambiguidade quanto à caracterização da pretendida elite.

Em segundo lugar, na interpretação da obra de Fidelino Figueiredo, observa-se a reiterada afirmação de que as massas terão sempre os seus líderes. Haverão de ser sempre guiadas. E aquele que se impuser a elas, o há de ser pelo reconhecimento de sua autoridade, quer de caráter, quer de inteligência.

Por outro lado, vê-se que uma coisa serão os líderes políticos que estarão sempre atentos às oportunidades de cada momento, outra serão aqueles que se emancipam da valorização do momento para interpretar e compreender uma seqüência indefinida.

Em última análise, a estes é que Fidelino atribuiu a verdadeira condução dos destinos da nação. O povo — as massas em ascensão — deverá ser assimilado pela ação dos intelectuais, pela difusão da educação e da cultura. Não necessariamente pela escola, pois que a escola haverá de ter sempre um papel relativamente passivo, sua função há de ser, no mais das vezes, conservadora.

Daí surgir a dúvida: enquanto as massas não forem educadas, — e tudo leva a crer que Fidelino não acreditava que as massas jamais alcançassem o senso crítico correspondente a um alto grau de educação — qual será a responsabilidade maior do intelectual, educar ou lutar pelo poder político?

Ainda outra ambiguidade pode ser observada. Esta é de que, apesar da sua compreensão da história como a progressiva realização da liberdade, o que indicaria um princípio democrático de igualização, Figueiredo permanece basi-

camente tradicionalista, não só no sentido de pregar o respeito à história e às criações da história, mas também de acatar o princípio de hierarquização social e o princípio da autoridade. Se possuía a convicção de que as massas serão sempre guiadas, então, o que de melhor lhes poderá suceder será o terem líderes moralmente bem formados.

Mas, neste caso, pode-se perguntar se a história realiza progressivamente a liberdade somente de alguns em cada geração e não de todos?

A proposta de Figueiredo de uma superação do liberalismo, no sentido de um supraliberalismo, revela-se, assim, uma proposta da criação de nova aristocracia baseada no mérito, não de sangue. De fato, a moderna biologia comprovou que “não é possível transmitir hereditariamente o que se adquiriu em cada vida individual.”<sup>28</sup> Assim às massas não é atribuída grande responsabilidade ética. Esta responsabilidade decorre sobretudo do crescimento na vida intelectual, principalmente do aprofundamento do conhecimento da história do qual resulta uma superior sabedoria.

Neste sentido o pensamento de Figueiredo coaduna-se perfeitamente com os pressupostos políticos dos positivistas para quem os sábios é que deveriam guiar as massas ignorantes. Na proposta de Fidelino também são os sábios que deverão garantir à massas, em primeiro lugar, o pão e a moradia; a ascensão social será realizada sobretudo em função da educação, mas somente os mais aptos assimilarão a educação em seu sentido pleno, a qual deve permanecer sob a responsabilidade dos líderes morais da sociedade. Diversamente do positivismo, entretanto, Figueiredo atribui a supremacia do saber, não aos cientistas mas aos estudiosos da história, os humanistas.

O modelo da República de Platão está presente na elaboração do arcabouço de toda a estrutura social. No final, todos sistemas que, no pensamento ocidental, atribuem a responsabilidade a alguns homens de escol sobre os demais, assemelham-se e têm sua fonte de inspiração na *República*. Os sábios cientistas de Augusto Comte assim como os sábios humanistas de Fidelino Figueiredo, aspirarão sempre a ser “reis-filósofos”.

Uma última observação: para bem compreender o pensamento de Fidelino Figueiredo é preciso colocá-lo na moldura do seu tempo, do seu momento histórico. Como Hegel bem demonstrou, e como o próprio Fidelino reconheceu, ele estava impregnado do espírito, da mentalidade de sua geração.

A questão, então, é saber se sua proposta ética, relativa à responsabilidade dos intelectuais — de compreensão do momento histórico em época de crise — permanece válida para além daquele momento histórico?

## Bibliografia

1. *Os Melhores Sonetos da Língua Portuguesa* (1907), *O Espírito Histórico* (1910), *A crítica Literária em Portugal* (1910), *A Crítica Literária como Ciência* (1912).
2. *História da Literatura Romântica* (1913), *História da Literatura Realista* (1914), *História da Literatura Clássica*, 3 vols. (1917-1922), *Para a História da Filosofia em Portugal* In *Revista de História* (1922), *Estudos de Literatura* 5 vols. (1915-1951), *A Épica Portuguesa do Século XVI* (1930), *Características da Literatura Portuguesa*, (1914), e *Notas para um Idearium Português* (1929).
3. *O Órfão* (1905), *Os Humildes* (1908), *Epicurismos* (1923), *Torre de Babel* (1924) e *Sob a Cinza do Tédio* (1925).
4. *História de Um "Vencido da Vida"* (1929), *Depois de Eça de Queiroz* (1933), *Antero* (1942), *Um Pobre Homem da Póvoa do Varzim* (1944).
5. *As Duas Espanhas* (1931), *Menoridade da Inteligência* (1932), *O Dever dos Intelectuais* (1935), *A Luta Pela Expressão, Prolegômenos Para Uma Filosofia da Literatura* (1944), *Cultura Intervalar* (1945), *Um Colecionador de Angústias* (1951), *Música e Pensamento* (1954), *Um Homem na sua Humanidade* (1956), *O Medo da História* (1956), *Diálogo ao Espelho* (1957), *Entre Dois Universos* (1959), *Paixão e Ressurreição do Homem* (1967).
6. Quadros, Antônio, *Logos, Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, Vol.2 Lisboa-S.Paulo, Editorial Verbo, 1990, p.560.
7. Figueiredo, Fidelino, *O Dever dos Intelectuais*, Porto, Livraria Lello e Irmãos, 1936, p.31.
8. Idem ibidem, pps.31 e 32.
9. Idem ibidem, p.29.
10. Idem ibidem p.28.
11. Idem ibidem pps.74 e 75.
12. Idem ibidem, p. 21.
13. Figueiredo, Fidelino, *A Luta pela Expressão*, Coimbra, Editorial Nobel, 1944, pps. 170 e 171.
14. Figueiredo, Fidelino, *O Espírito Histórico*, Porto, Tipografia da Empresa Literária e Topográfica, 1920, p. 11.
15. Figueiredo, Fidelino, *A Luta pela Expressão*, opus. cit. p. 175.
16. Figueiredo, Fidelino, *O Dever dos Intelectuais*, opus. cit. pps. 51 e 52.
17. Figueiredo, Fidelino, *O Espírito Histórico*, opus. cit. p. 15.
18. Idem ibidem, p. 22.
19. Idem ibidem, p. 26.
20. Figueiredo, Fidelino, *A Menoridade da Inteligência*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933, p.122.
21. Figueiredo, Fidelino, *O Espírito Histórico*, opus. cit. p. 23.
22. Figueiredo, Fidelino, *A Menoridade da Inteligência*, opus. cit. p.88.
23. Idem ibidem, p.117.
24. Figueiredo, Fidelino, *O Dever dos Intelectuais*, opus. cit. pps. 78 e 79.
25. Idem, ibidem, p.63
26. Ver, *Motivos de Um Novo Estilo*, Coimbra, Editorial Nobel, 1944.
27. Figueiredo, Fidelino, *O Dever dos Intelectuais*, opus.cit. p. 79.
28. Fidelino Figueiredo, *A Luta Pela Expressão*, Coimbra, Editorial Nobel, 1944, p. 175.